

# **ALGUNS ENCAMINHAMENTOS PARA A EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO A PARTIR DE SOHN-RETHEL<sup>1</sup> SOME DIRECTIONS FOR THE EPISTEMOLOGY OF COMMUNICATION BASED ON SOHN-RETHEL**

Manoel Dourado Bastos<sup>2</sup>

Guilherme Bernardi<sup>3</sup>

**Resumo:** O texto explora a relação entre a abstração real de Alfred Sohn-Rethel (2024) e a epistemologia da comunicação, articulando a crítica dialética da Economia Política da Comunicação (EPC). Partindo da ideia de que o sujeito transcendental kantiano (1999) deve ser reinterpretado sob a ótica da forma-mercadoria de Marx (2017), os autores discutem como a separação entre trabalho intelectual e manual impacta a comunicação. A EPC, fundamentada por Bolaño (2000, 2002, 2015), avalia a subsunção do trabalho intelectual no contexto da Terceira Revolução Industrial. O conceito de "comunicação transcendental" visa compreender como a comunicação reflete e reforça as relações sociais capitalistas. Ao final, o texto sugere que a reunificação entre trabalho manual e intelectual carrega um potencial emancipatório, capaz de transformar a comunicação em ferramenta crítica e consciente na luta contra a alienação e pela construção de uma sociedade mais justa.

**Palavras-Chave:** Abstração real. Subsunção do trabalho intelectual. Comunicação transcendental.

**Abstract:** The text explores the relationship between Sohn-Rethel's (2024) real abstraction and the epistemology of communication, articulating the dialectical critique of the Political Economy of Communication (EPC). Starting from the idea that the Kantian transcendental subject (1999) must be reinterpreted from the perspective of Marx's commodity-form (2017), the authors discuss how the separation between intellectual and manual labor impacts communication. EPC, based on Bolaño (2000, 2002, 2015), evaluates the subsumption of intellectual labor in the context of the Third Industrial Revolution. The concept of "transcendental communication" aims to understand how communication reflects and reinforces capitalist social relations. In the end, the text suggests that the reunification of manual and intellectual labor carries an emancipatory potential, capable of transforming communication into a critical and conscious tool in the fight against alienation and for the construction of a fairer society.

**Keywords:** Real abstraction. Subsumption of intellectual labor. Transcendental communication.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Professor Associado na Universidade Estadual de Londrina, doutor, [manoel.bastos@uel.br](mailto:manoel.bastos@uel.br).

<sup>3</sup> Doutorando na Universidade Estadual de Londrina, mestre, [guilhermebernardi1995@gmail.com](mailto:guilhermebernardi1995@gmail.com).

“Abstrata não é, portanto, a consciência dos agentes da troca, mas apenas sua ação”

Alfred Sohn-Rethel, *Trabalho intelectual e manual*

## 1. Premissas

O debate em torno da Epistemologia da Comunicação dispõe de robustez suficiente tanto para ter um conjunto razoável de acordos em torno de posições divergentes, assim como é capaz de manter seu vigor produtivo diante de divergências intransponíveis. A convergência mais curiosa talvez seja aquela em torno da impossibilidade de identificarmos na Comunicação uma área plenamente constituída do saber, seja porque ela deva sempre ser vista como um galho secundário das Ciências Sociais, seja porque seu estágio de maturidade ainda esteja em seus estágios iniciais. Certamente, não há menos divergência na própria definição de Comunicação, sua abordagem consequente e resultados esperados. No intuito de participar destes debates, apresentamos a seguir avaliações, em teor marcadamente tentativo, da Comunicação conforme os termos do idealismo transcendental de Kant a partir de sua reelaboração, em terreno marxista, por Alfred Sohn-Rethel.

Alfred Sohn-Rethel foi um pensador alemão que manteve relativa proximidade com os intelectuais mais ou menos ligados ao Instituto de Pesquisa Social, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. Ainda que não possa ser avaliado exatamente como um integrante da assim chamada Escola de Frankfurt, Sohn-Rethel produziu seu trabalho em estreito diálogo com as obras de Adorno e Benjamin, sobretudo. Elaborou desde a juventude, nos anos 1920, um conjunto significativo de argumentos a partir da premissa original de que devemos encontrar o sujeito transcendental, conforme Kant, no interior da forma mercadoria, nos termos de Marx. Sua obra principal, desenvolvida por mais de cinquenta anos, foi publicada nos anos 1970, revista e ampliada até o fim dos anos 1980, contendo a súmula de uma perspectiva bastante original.

Para Sohn-Rethel, enquanto a fundação do puro pensar em Kant ficou carente daquelas determinações históricas que explicam a lógica propriamente capitalista do modo de produção, a exposição do capital em Marx, de certo modo seguindo a trilha dialética aberta por Hegel, a rigor abandonou qualquer interesse pelos princípios epistemológicos desencadeados pela uma sociedade produtora de mercadorias. Em termos mais diretos, trata-se de perguntar em que sentido as ciências por assim dizer quantificadoras da natureza se tornaram possíveis no

capitalismo, quais são seus limites históricos e, ao mesmo tempo, como pensar sua necessária emancipação. Nesse sentido, as proposições de Sohn-Rethel apontam para uma importante perspectiva crítica da epistemologia, ao encontrar sua verdade histórica moderna na separação entre trabalho intelectual e manual.

Se, nos termos de Sohn-Rethel, o sujeito transcendental, como sujeito do conhecimento, deve ser reavaliado segundo os termos históricos fundantes do modo de produção capitalista que se baseiam na separação do trabalho intelectual e manual, o que podemos afirmar de um, por assim dizer, sujeito de comunicação? Para responder a isso, vale destacar que, por diferentes caminhos, as elaborações de Sohn-Rethel podem desembocar nos estudos em Comunicação. Um deles foi trilhado pela crítica dialética surgida no interior da Economia Política da Comunicação (doravante, crítica dialética da EPC), conforme Bolaño (2000, 2002 e 2015), que encontrou na avaliação de Sohn-Rethel sobre as razões da separação entre trabalho intelectual e manual um arcabouço conceitual propício para organizar uma argumentação sobre os impactos da internet e da digitalização segundo os termos da Terceira Revolução Industrial, ligada à microeletrônica. Em um encaminhamento correlato, propomos aqui, a partir da mesma crítica dialética da EPC, uma avaliação sobre as funções publicidade e programa como desdobramentos necessários dos fundamentos gerais elaborados por Sohn-Rethel sobre a separação entre trabalho manual e intelectual, particularmente o conceito de abstração real.

Isto posto, propomos encontrar em Sohn-Rethel elementos para averiguar outros aspectos da Indústria Cultural nos termos propostos pela crítica dialética da EPC. As premissas do texto a seguir são: a) o conceito de abstração real proposto por Sohn-Rethel (2024) tem particular relação com os argumentos do jovem Lukács (2003) de História e consciência de classe sobre a reificação; b) as proposições de Lukács também constituíram uma pedra angular para as proposições de Adorno e Horkheimer (2006) sobre a Indústria Cultural, ou seja, “o esclarecimento como mistificação das massas”; c) a crítica dialética da EPC reorganizou o conceito de Indústria Cultural nos termos de uma derivação da comunicação como forma social e sua posterior avaliação regulacionista (BOLAÑO, 2000); d) a mesma crítica dialética da EPC se baseia em Sohn-Rethel para configurar a categoria de subsunção do trabalho intelectual (BOLAÑO, 2002).

A partir destas premissas, exporemos, na primeira parte do texto, as ligações entre a concepção de Sohn-Rethel sobre a abstração real e suas avaliações em torno da concepção kantiana de sujeito transcendental para, na sequência, sugerir uma perspectiva a respeito da

“Comunicação transcendental” e suas condições de possibilidade. Na segunda parte, daremos conta de configurar aqueles aspectos que a crítica dialética da EPC reconheceu em Sohn-Rethel como relevantes para a abordagem da subsunção do trabalho intelectual a partir da separação entre trabalho intelectual e manual, o que indica as origens sócio-históricas do problema estudado.

## **2. A abstração real da troca e o caráter transcendental da Comunicação**

“Eles não sabem disso, mas o fazem.” A adversativa, que Marx (2017, p. 149) buscou na narrativa bíblica a respeito dos momentos derradeiros da crucificação, quando Jesus clama a Deus o perdão a seus algozes, apresenta-se n’O Capital como uma irônica e mordaz explicação para o problema ideológico nos termos do fetichismo da mercadoria, ou seja, como, sob o capitalismo, a relação entre pessoas aparece como uma relação entre coisas. Não por acaso, é um trecho em que Marx (2017, p. 149), com outra bem humorada referência bíblica (“Por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é”), expõe o valor como aquele que converte o trabalho humano num “hieróglifo social”, além de indicar que a determinação de valores de uso em valor, assim como a linguagem, é um produto social. Ao desvelar o enigma de que a abstração própria à equiparação que os seres humanos promovem entre seus diferentes trabalhos (ou seja, o trabalho humano abstrato) é resultante (e não fundamento) do processo da troca em que os seres humanos equiparam os diferentes produtos de seu trabalho, Marx aponta para a relevância crítica da “aparência objetiva do caráter social do trabalho”, cujos efeitos práticos não se desfazem meramente pela descoberta de seu segredo.

Posteriormente, ao recuperar os termos da adversativa bíblica, o pensamento marxista perdeu bastante do poder heurístico contido originalmente no humor de Marx, ao tornar o que era uma contradição coordenada numa disjuntiva, de maneira que o pensar passa a ser entendido meramente em separação ao fazer, sem lidar, assim, com as contradições ensejadas por essa separação na categorização do fetichismo da mercadoria. Como uma explicação geral do conceito de ideologia, tal perspectiva disjuntiva busca sugerir uma espécie de incapacidade do pensar diante do fazer. Ou seja, o pensamento, no plano abstrato, seria incapaz de compreender o que ocorre no plano concreto da ação humana. Deste modo, é o caráter abstrato do pensamento que promove uma consciência ilusória do fazer humano concreto. As limitações do pensamento se dão por uma insuficiência em sua capacidade de adquirir consciência diante da realidade, que assim resta distorcida. Sem entender por dentro os motivos deste processo,

essa perspectiva crítica da ideologia indica que tais insuficiências resultam de um planejamento mais ou menos externo devidamente orientado por grupos de poder.

Os termos ensaísticos com que Sohn-Rethel (2024) reexamina os postulados de Marx (2017), se não retomam a ironia mordaz da contradição coordenada e tampouco se concentram em articular determinações históricas de maneira mais rigorosa, ao menos reposicionam a adversativa bíblica que move a compreensão crítica do fetichismo da mercadoria. Para Sohn-Rethel (2024), a exposição de Marx é enfática o suficiente para que não se promova, por princípio, uma disjuntiva rasa entre fazer e pensar. Partindo do postulado marxiano a respeito da determinação da consciência pelo ser social (MARX, 2024), Sohn-Rethel (2024) reivindica que a origem da abstração, ao contrário, por exemplo, do que avaliou um filósofo como Hegel, que a encontra no mundo das ideias, deve ser observada na realidade ela mesma - ou, mais precisamente, reconhecê-la como uma “abstração real”, posta pela relação da troca que se estabelece como relação determinada pela forma do valor, que torna o trabalho um fundamento puramente quantitativo.

A abstração posta pela troca de mercadorias, afirma Sohn-Rethel (2024), se dá conforme uma separação temporal. Ou seja, no ato da troca propriamente dito, as mercadorias não podem ser objeto de uso, o que só pode ocorrer depois que a transação se concretiza. “A troca é, portanto, abstrata durante o tempo que ocorre. E ‘abstrata’ neste caso significa a subtração de todos os indícios do possível uso das mercadorias” (SOHN-RETHEL, 2024, p. 59). Contudo, continua Sohn-Rethel (2024), se no plano das ações próprias à troca de mercadorias o uso é eliminado, ele se mantém na “consciência daqueles que trocam” (SOHN-RETHEL, 2024, p. 59). Portanto, banido do processo da troca, o uso retorna como uma demonstração, uma apresentação para a consciência do comprador. Assim, “por serem necessárias tanto a abstração do ato como a não abstração da consciência que o acompanha, os agentes não percebem a abstração da troca. Ela foge de suas consciências” (SOHN-RETHEL, 2024, p. 60).

Sohn-Rethel vai argumentar que reside aí a dificuldade que a filosofia ocidental teve em destacar as origens sociais do pensamento puro, encontrando seus motivos criadores diretamente no próprio pensamento. O idealismo alemão se dedicou fartamente a acompanhar a dinâmica auto-referenciada do pensamento em si mesmo, a espontaneidade previamente estruturada do espírito em conhecer. Sohn-Rethel parte dessa perspectiva, levando a sério o idealismo transcendental de Kant a fim de, em contrapartida, encontrar as condições de possibilidade do sujeito do conhecimento. Para Sohn-Rethel, o entendimento puro, para

continuar usando a linguagem kantiana, é a expressão definitiva da socialização do conhecimento. Ou seja, só faz sentido falar em sujeito transcendental e todos os aspectos a priori que viabiliza a experiência empírica e o conhecimento dos objetos numa sociedade fundada na “abstração real da troca”. Essa divisão entre o indivíduo em sua experiência empírica e o sujeito transcendental como aquela dimensão prévia que permite o conhecimento é uma expressão, em termos próprios ao idealismo a que Sohn-Rethel suprassume, do que ele chama de “abstração real da troca”. Essa é, para Sohn-Rethel, a condição de possibilidade do conhecimento puro, o sujeito transcendental como o conjunto apriorístico que viabiliza o conhecimento necessário para a experiência.

Ainda que, vencido o véu do fetichismo, saibamos que as relações concernentes à abstração da troca se deem entre pessoas, Sohn-Rethel (2024) insiste em seu caráter solipsista. Exatamente porque aparecem como relações entre coisas, as relações entre pessoas, a rigor, estão focadas objetivamente no resultado prático do uso esperado para cada qual em sua esfera privada - para o comprador, o uso propriamente dito da mercadoria em seu momento de consumo e, para o vendedor, a relação só interessa tendo em vista o dinheiro a ser recebido. O mútuo reconhecimento dos possuidores que se encontram no mercado como proprietários privados não deixa de ser uma relação entre pessoas, atuando, porém, como aquelas “máscaras de caráter” que, em fim de contas, operam visando a reciprocidade da troca de equivalentes que, a rigor, mantém intactas as esferas privadas próprias aos sujeitos da troca. Enfim, a articulação entre interesses não idênticos e isolados no ato da troca é um “solipsismo prático” que, para o estudo da Comunicação, tem interesse central.

É curioso que, numa primeira observação, a abordagem de Kant se concentra na avaliação fechada do sujeito transcendental e sua correlação com o indivíduo empírico da experiência. A argumentação kantiana sobre o “Eu penso” está, nesse ponto, muito bem fixada numa filosofia do sujeito, justamente porque busca encontrar na subjetividade a instância decisiva do conhecimento. Poderíamos insistir aqui, por exemplo, com Adorno (2001) sobre como a perspectiva kantiana do sujeito transcendental, ao fim e ao cabo, está interessada numa espécie de objetividade do sujeito do conhecimento. Mas, por outro lado, para as questões que nos interessam, é mais coerente focarmos particularmente em como o escopo filosófico proposto por Kant, tão afeito ao “uso público da razão” (KANT, 2022), já encontrava uma “intersubjetividade transcendental” (FIGUEIREDO, 2023), ao contrário do que vaticinam, por exemplo, autores como Habermas (2022) (LIMA, 2017). Em vez de “regras prévias à



comunicação dos agentes” (FIGUEIREDO, 2023, p. 143), o problema da “Comunicação transcendental” está em sua relação com a verdade, ou seja, na concordância de um juízo com o objeto - com o que Kant (1999, p. 486) reconhece a “convicção”, ou seja, “a possibilidade de comunicá-lo e de encontrá-lo válido para a razão de qualquer ser humano”. Ao fim, a Comunicação aparece como uma ação desinteressada, cujo foco é menos a relação com o outro e mais o teor de verdade do objeto. Não resta dúvida que há algo daquele “solipsismo prático” aí.

A partir daqui, podemos encontrar a Comunicação e extrair algumas avaliações. A unidade antinômica entre indivíduo empírico da experiência e sujeito transcendental, conforme os termos de Kant (1999), se apresenta, no argumento de Sohn-Rethel (2024), segundo a divisão entre os diferentes momentos em que a abstração real se organiza até o uso da mercadoria. Essa experiência em que o uso do objeto precisa se apresentar no momento da troca, mas não pode de fato acontecer, que se dá no plano da circulação simples de mercadorias, em que indivíduos formalmente livres e iguais se encontram como proprietários em mútuo reconhecimento (MARX, 2017), demanda, para alcançar sua finalidade, relações de comunicação por meio de uma informação direta e objetiva (BOLAÑO, 2000). A Comunicação, dessa maneira, pode ser vista nos mesmos termos transcendentais - se quisermos insistir com a terminologia kantiana tal qual o faz Sohn-Rethel -, pois é ela que realiza, no plano da ação da troca, o uso da mercadoria que não pode se dar concretamente.

Primeiro, no plano mais imediato, a Comunicação lida com o que Sohn-Rethel (2024, p. 61) chamou de “fiscalidade da ação de troca”; ou seja, o deslocamento da mercadoria do vendedor ao comprador e do dinheiro na direção contrária constituem ações físicas, ainda que neguem momentaneamente a realidade física do uso. É verdade que, nesse instante, para o possuidor, o uso da mercadoria de que ele é proprietário é justamente sua qualidade de ser trocável, quer dizer, um uso determinado por sua socialização, que é o âmbito da abstração. De qualquer modo, Sohn-Rethel está endereçando especificamente o uso no sentido material, de satisfação imediata das necessidades humanas. Assim, a “fiscalidade da ação de troca” é o que dá conta do uso próprio ao momento da troca, quer dizer, a transação de mercadoria e dinheiro. O aspecto mais imediato da Comunicação, neste plano de análise, dá conta dessa fiscalidade, isto é, busca viabilizar a ação da troca. Neste momento mais empírico, a Comunicação é especificamente uma dinâmica própria da relação social entre os indivíduos possuidores das mercadorias, ou seja, um aspecto da abstração da troca.

Contudo, a Comunicação não se restringe a esse aspecto imediato, visto que é ela que faz as vezes da presença do uso da mercadoria no momento da abstração da troca. Quando, por exemplo, o comprador inquire o vendedor da mercadoria acerca das qualidades do produto, quando o anúncio traz uma “imagem meramente ilustrativa” de como um produto ficará após seu preparo, quando a embalagem traz também uma receita em que o produto pode ser incorporado, dentre outras situações, estamos diante exatamente daquela vedação do uso propriamente dito da mercadoria, deslocado exclusivamente para o âmbito da consciência. Aí, a Comunicação se faz assim uma experiência empírica, mas não o uso da mercadoria. Por sua vez, a Comunicação que se realiza materialmente opera como elemento da abstração do uso da mercadoria, que é efetivamente o que há de material na abstração promovida pela relação de troca. Ou seja, podemos falar de algo como o momento transcendental da Comunicação.

Talvez assim possamos voltar aos problemas da adversativa bíblica ironicamente glosada por Marx. A relação de troca é abstrata, mas, como um fazer, ocorre em termos materiais. O uso da mercadoria é material, mas durante a troca só pode ocorrer de maneira abstrata, como um pensar. Para o que nos vem ao caso, a Comunicação, que a rigor depende da materialidade para se efetivar, se põe como uma operação da abstração da troca, ao fazer presente, pelo pensamento, o uso da mercadoria, que está, por sua vez, apartado do processo de intercâmbio. O fazer, que realiza uma experiência abstrata, se dá por meio de uma dimensão física e o pensar, que é um domínio abstrato, põe na relação de troca, a materialidade do uso. Enfim, a Comunicação, ao conjugar fazer e pensar, também pode ser entendida nos termos da abstração real.

Ao falarmos de um caráter transcendental da Comunicação, estamos de certo modo dialogando com uma concepção de “Comunicação pura”, assim como a matriz kantiana parte, em seus postulados, da existência pura do conhecimento para resolver a distensão metafísica entre uma racionalidade absoluta e a experiência empírica. Com efeito, essa não é uma dimensão absolutamente estranha à Epistemologia da Comunicação e sua expectativa de funcionar como uma câmara de decantação da Comunicação como algo rigorosamente isolado para a observação científica. De certo modo, trata-se de superar aquela perspectiva heurística a partir da qual a Comunicação é reconhecida por meio da avaliação de uma experiência empírica dada, tratando de encontrar suas razões por meio da análise de um objeto lacunar. Sem ignorar a experiência empírica, o apelo argumentativo também se dá mediante a recusa a razões absolutamente exteriores, ou seja, um sentido exclusivamente metafísico da



Comunicação. Se é que podemos extrapolar a concepção kantiana para nossos domínios, a Comunicação surgiria assim como um equipamento transcendental, um aspecto a priori do sujeito que, assim como os demais aspectos avaliados por Kant, dota o ser humano da capacidade comunicativa.

Nem se trata aqui de descurar de tais esforços, mas, pelo contrário, de se perguntar, em caminho análogo ao proposto por Sohn-Rethel (2024), sobre as condições de possibilidade, suas razões sociais e históricas, de algo próximo a uma “Comunicação pura”. Faz sentido argumentar que o contexto histórico de socialização pura, tal qual originado pela abstração da troca, põe também uma espécie de puro comunicar, desprovido de determinações materiais do metabolismo entre o ser humano e a natureza? O debate, travado por Sohn-Rethel, a respeito da separação entre trabalho intelectual e manual pode nos dar motivos para continuarmos argumentando. A Economia Política da Comunicação se mostra espaço privilegiado para tal.

### **3. Subsunção do trabalho intelectual e as origens sociais da Comunicação**

Décadas antes da publicação da principal obra de Sohn-Rethel (2024) pelo mercado editorial brasileiro, munido de uma tradução realizada por Cesare Galvan (1989), a qual circulou e ainda circula pelos circuitos acadêmicos falantes de português, Bolaño (2002) encontrou na abordagem do filósofo alemão elementos não só para apresentar uma explicação para as transformações verificadas no contexto da reestruturação produtiva dos anos 1970, como também para recolocar a questão fundamental da superação do capital com base na reunião entre trabalho intelectual e manual promovida pelo próprio.

Partindo do entendimento de que tal separação é pressuposto do modo capitalista de produção, não como se pudesse haver trabalho sem que cabeça e mãos operem juntas, tampouco como se a atividade humana fosse instintiva ou tivesse algum caráter animalesco, mas entendendo que “a questão essencial é saber na cabeça de quem já existia idealmente o resultado pretendido do processo de trabalho” (SOHN-RETHEL, 2024, p. 117), Bolaño (2002), seguindo as trilhas de Marx e Sohn-Rethel, apresenta uma explicação para aquelas transformações verificadas no contexto das crises dos anos 1970 em termos de uma Terceira Revolução Industrial que se baseia justamente na possibilidade aberta para uma subsunção real do trabalho intelectual no capital, cujo resultado principal da ampla reestruturação produtiva promovida desde aquele período é a massiva automação de postos de trabalho e uma correlata reconfiguração do fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação, o que

não deixa de, com isso, recolocar a contradição capital-trabalho e, portanto, a questão da emancipação em novos termos, os quais apresentaremos a seguir.

Assim, remontando a origem da separação entre trabalho manual e intelectual à Grécia antiga, onde, possibilitado pela base escravista, ou seja, pela ausência de necessidade, pelas classes proprietárias, de se dedicar às atividades produtivas manuais, surgem as condições para o desenvolvimento do pensamento abstrato, a filosofia, a matemática pura e a ciência pura da natureza, Sohn-Rethel (2024) e Bolaño (2002) observam que, apesar de muito limitada, uma reunião dos dois foi vista no pré-capitalismo, principalmente durante o Renascimento, quando artesãos detinham não só o conhecimento, o saber-fazer, como os meios para a realização de seu trabalho, antes de, com o capitalismo, se transformar no “novo abismo entre ciência moderna e trabalho industrial assalariado” (SOHN-RETHEL, 2024, p. 152). Nesse sentido, o caráter limitado dessa primeira reunificação não se transformou em uma ameaça ao sistema posto naquele momento, cuja revolução seria realizada pelo capital:

Coube ao capital industrial realizar a revolução do modo de produção, através de um duplo movimento: por um lado, a desapropriação do conhecimento dos artesãos e, por outro, a sua articulação com o conhecimento decorrente do desenvolvimento científico que se dava no campo propriamente intelectual (BOLAÑO, 2002, p. 65).

Esse é o processo que Bolaño (2000) reconheceu como a “acumulação primitiva de conhecimento”. A transformação social daí decorrente, nos marcos de uma Primeira Revolução Industrial, promoveu uma nova separação entre os dois tipos de trabalho, caracterizada por uma oposição entre quem pensa e comanda e quem executa o trabalho. Ao mesmo tempo, entretanto, a reunião de um contingente de trabalhadores manuais sob as ordens de um mesmo capitalista com a maquinaria controlando e regulando o processo de produção coloca em questão a possibilidade de um novo revolucionamento da ordem social, já que abre margem para, superadas as amarras das relações sociais capitalistas, implementar um efetivo controle racional e consciente das forças produtivas pelos trabalhadores livremente associados, um potencial que é, contraditoriamente, aberto pelo próprio capital, o responsável por, ainda que de maneira a possibilitar a exploração do trabalho e a produção do mais-valor, promover certa reunião entre trabalho intelectual e manual, incorporando aos ditames da produção social o que havia surgido e se desenvolvido como elemento fundamentalmente separado dela nos idos tempos da Grécia antiga e sua base escravista. “Isto quer dizer, nos termos de Marx, que o capital ao criar o trabalhador coletivo, cria também as condições de sua própria superação como

forma de relação social” (BOLAÑO, 2000, p. 42), algo que pressupõe a reunião entre cabeça e mão no processo de produção e na coordenação e organização social.

Não é por acaso que, aí, a Comunicação adquire um papel decisivo. Bolaño (2000), para avaliar o momento da “acumulação primitiva de conhecimento”, lida justamente com a relação de comunicação entre trabalhadores num processo de cooperação simples. Aí, Bolaño (2000) enxerga, em oposição ao momento da circulação simples de mercadorias (aquele acima avaliado, nos termos da abstração da troca conforme Sohn-Rethel, que lida com sujeitos formalmente livres e iguais que interagem por meio uma informação direta e objetiva), o terreno oculto da produção (MARX, 2017), porém não no contexto em que capitalista e trabalhador interage, em termos hierarquizados, por meio de informação também direta e objetiva, mas sim a interação horizontal entre os trabalhadores em meio ao processo produtivo. Se o desenvolvimento da acumulação primitiva de conhecimento leva, ao longo das primeiras e segunda revoluções industriais, à necessária cisão que conforma um setor econômico próprio para a ação da Comunicação no sentido da separação entre trabalho intelectual e manual, os termos horizontais da Comunicação entre trabalhadores não podem ser extirpados por completo.

Acompanhando as transformações no modo de produção e o avançar da subsunção do trabalho no capital, Bolaño (2002) define, então, a Segunda Revolução Industrial como o momento no qual as máquinas são produzidas pelas próprias máquinas, ou seja, quando o trabalho artesanal ou manufatureiro de produção das máquinas que desqualificam o artesão é ele próprio vitimado por esse processo. Assim, a relativa autonomia e controle do ritmo de trabalho de que dispunham é progressivamente subsumida no capital em termos reais e, portanto, sua atuação passa a ser ditada e comandada a partir de outra cabeça que não a sua própria. Ora, com o avançar da subsunção do trabalho no capital e as correlatas transformações no processo produtivo, há também uma reconfiguração do fator subjetivo, do modo como a força de trabalho é colocada em ação. Primeiro, o trabalhador artesanal é desqualificado e perde o controle do processo para a máquina, tornando-se um apêndice dela. Depois, o trabalho responsável pela produção das máquinas passa a ser ele próprio comandado por outras máquinas. Por último, e aqui é possível falar em uma Terceira Revolução Industrial, o trabalho fundamentalmente intelectual, lotado principalmente nas universidades e nos grandes departamentos de pesquisa, se torna progressivamente alvo dos avanços do capital, perdendo autonomia e passando a ter seu ritmo e sua atividade ditada pelas máquinas e pelo modo

capitalista de produção, algo particularmente possibilitado pela microeletrônica e o desenvolvimento das máquinas informacionais.

O que essa nova revolução industrial promove é uma fundamental reunião, ainda que de maneira não autônoma ou emancipada, entre trabalho intelectual e manual, já que a perspectiva da subsunção real do trabalho intelectual carrega consigo uma simétrica intelectualização geral dos processos de trabalho e consumo – não por acaso, o momento histórico em que a Comunicação adquire centralidade jamais vista no modo de produção capitalista. Ou seja, o avançar do capital, nos primórdios do capitalismo, é responsável, primeiro, pela separação desses dois tipos de trabalho e, depois, na atual quadra histórica, pela reunião deles no processo produtivo de modo a explorá-los. Há, entretanto, um potencial emancipatório nesse movimento e que pode (e deve) ser almejado. Se as forças produtivas estão desenvolvidas a tal ponto que “as energias que o capital procura extrair do trabalhador são fundamentalmente mentais e não mais essencialmente físicas” (BOLAÑO, 2002), a reconfiguração do fator subjetivo não pode se dar sem abrir um flanco para, contraditoriamente, o desenvolvimento da consciência e da perspectiva emancipatória, já que o desenvolvimento (e a subsunção) de trabalho fundamentalmente intelectual não pode ocorrer sem a manutenção de algum grau de autonomia e criatividade, o que carrega consigo o potencial para que se explore essa situação de modo a postular uma outra organização social da produção.

Nessas condições, o trabalhador intelectual, essa nova camada proletarizada, deve, superando os interesses mesquinhos e as hierarquias que a dividem, ajudar a organizar a luta contra a alienação e pela construção de uma sociedade mais justa, reconhecendo o seu papel histórico de mediador no processo de emancipação do Homem. Dois fatores poderão facilitar essa difícil empreitada: o caráter marcadamente comunicacional e relacional do modo de produção hoje e a autonomia relativa de que ainda dispõe no seu trabalho (BOLAÑO, 2002, p. 67-68).

Se o processo produtivo depende cada vez mais de trabalhos intelectuais, estando, portanto, fundamentalmente atravessado por um “caráter marcadamente comunicacional”, aquele trabalhador coletivo que o capital organiza visando a exploração, mas que é também possível e potencialmente seu algoz, tornado cada vez mais intelectualizado pelas próprias necessidades relativas à exploração e acumulação capitalista, representa um potencial emancipatório de grande quilate. Isso porque, se a abstração da troca existe a despeito da consciência dos participantes, isto é, se eles fazem apesar de não saberem e entenderem seu funcionamento e suas próprias ações, a tomada do controle da produção e a organização racional da sociedade pressupõe uma intervenção consciente por parte dos trabalhadores, algo

que precisa ser desenvolvido, mas que está na ordem do dia, colocada pela própria reconfiguração do fator subjetivo orquestrada pelo e para as finalidades cegas do capital. É só com a unificação entre trabalho manual e intelectual, quando cabeça e mãos estiverem atuando conjunta, autonomamente e de maneira conscientemente orientada a um fim, que o processo produtivo poderá ser organizado racionalmente e todo o potencial emancipatório das forças produtivas, da ciência e do conhecimento desenvolvidos até então poderá ser liberto e destravar as portas para o livre e autônomo desenvolvimento dos seres sociais.

Nesse sentido, aquele caráter transcendental da Comunicação avaliado acima adquire novos contornos. O solipsismo prático que Sohn-Rethel (2024) observou na abstração da troca e que extrapolamos para a Comunicação pode ser superado se as amarras capitalistas da separação entre trabalho intelectual e manual forem desfeitas. Esta separação, que gerou uma capacidade comunicativa jamais imaginada, é também a limitação de suas potencialidades. Não se trata de delegar à Comunicação as condições de emancipação, erro cometido regularmente por intelectuais de diferentes correntes. A separação da Comunicação em um setor econômico especializado, que expressa em termos concretos a dimensão abstrata de seu caráter transcendental, só será superada se a cisão socialmente necessária (para o capitalismo) entre trabalho intelectual e trabalho manual dê lugar a novos encaminhamentos de socialização. Colocada em suas devidas condições de possibilidade, a Comunicação transcendental se mostra em termos tais que a emancipação humana deixa de ser requisitada conforme perspectivas idealistas. Parafraseando Sohn-Rethel (2024, p. 47), a dominação econômica não poderia ser exercida pelo capital se a Comunicação fosse coisa dos trabalhadores.

#### **4. Considerações finais**

Ao longo do texto, buscamos endereçar contribuições à Epistemologia da Comunicação a partir da leitura da obra de Sohn-Rethel (2024). Acompanhando suas elaborações sobre o sujeito transcendental em Kant (1999), a ser encontrado na forma da mercadoria, conforme Marx (2017), procuramos identificar elementos que viabilizam uma discussão sobre a Comunicação. Entendemos que a perspectiva de Comunicação transcendental, se confrontada com outras elaborações no âmbito da Epistemologia da Comunicação, pode ensejar debates significativos. A contribuição crítica que Bolaño (20002) deu, ao trazer para a Comunicação uma leitura da perspectiva de Sohn-Rethel (2024) sobre a separação entre trabalho intelectual

e manual, é um mote para compreendermos as condições de possibilidade de uma socialização conforme uma Comunicação pura e os parâmetros emancipatórios para sua superação.

## Referências

- ADORNO, T. **Kant's 'Critique of Pure Reason'**. Redwood City: Stanford University Press, 2001.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BOLAÑO, C. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.
- BOLAÑO, C. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 11, p. 53-78, 2002. Disponível em: <https://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- BOLAÑO, C. **Campo aberto**: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2015.
- FIGUEIREDO, V. O espaço discursivo moderno: ideia e crise. **DoisPontos**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2023. DOI: 10.5380/dp.v20i2.93551. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/93551>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- HABERMAS, J. **Teoria da Ação Comunicativa**. 2 vol. São Paulo: Ed. Unesp, 2022.
- KANT, I. **Kant**: Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)
- KANT, I. **Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?** São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- LIMA, F. Intersubjetividade transcendental (transzendente intersubjektivität) e senso comum estético (ästhetischer gemeinsinn): uma ampliação social do criticismo de Kant. **Perspectiva Filosófica**, v. 44, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/perspectivafilosofica/article/view/230361/24520>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classes**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2024.
- SOHN-RETHEL, A. **Trabalho espiritual e corporal**: para a epistemologia da História Ocidental. João Pessoa: UFPB/CCSA, 1989.
- SOHN-RETHEL, A. **Trabalho manual e intelectual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.